

# A LEGISLAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL CONSECUTIVA À PESTE NEGRA DE 1348 E SUA SIGNIFICAÇÃO NO CONTEXTO DA DEPRESSÃO DO FIM DA IDADE MÉDIA (II).

(Continuação).

**VICTOR DEODATO DA SILVA**

Do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

## CAPÍTULO 2.

### A PESTE NEGRA DE 1348 E SUAS REPERCUSSÕES.

Como o comércio, as epidemias também têm seus itinerários e — apesar de lúgubre — representam uma forma de comunicação entre as comunidades humanas (1). A difusão da Peste Negra constitui, sob muitos aspectos, uma comprovação modelar desse princípio e pode ser considerada como um reflexo de uma fase da história da civilização em que o Velho Mundo via as suas rotas comerciais se ramificarem nas mais variadas direções, cobrindo praticamente toda a sua superfície. Trata-se de uma era em que o imenso Império Mongol, embora já apresentando sintomas de decadência, ainda mantinha toda a Ásia, do Mar do Japão à Anatólia, sob sua dominação, sem dúvida explorando as populações aí estabelecidas, mas dando-lhes a paz, favorecedora do desenvolvimento do comércio; um período também em que as comunidades cristã e muçulmana continuavam a se opor intransigentemente sob o aspecto religioso, mas em que os interesses comerciais já se sobrepunham decididamente a questões dessa ordem; uma época em que as Cristandades Oriental e Ocidental se mostravam

---

(1). — A questão está exposta com toda a clareza desejável — não obstante ali serem raras as referências à epidemia que nos ocupa — por SIEGFRIED, *Itinéraires des contagions...*, *passim* [140].

mais inconciliáveis do que nunca a respeito de questões de doutrina e autoridade religiosa, o que não impedia a aceleração das trocas; uma etapa em que, dentro da Europa Ocidental, as rivalidades nacionais se acentuavam, mas na qual a circulação de mercadorias aumentava incessantemente. Tratava-se assim de um mundo simultaneamente dividido e unido (2).

O modo pelo qual a Peste Negra penetrou na Europa pode ser considerado um símbolo desse estado simultaneamente de união e divisão do mundo. Cafá, feitoria genovesa situada na embocadura do Don, no Mar de Azov, encontrava-se em 1346 assediada pelas tropas do Cã mongol do Kitchap, em perseguição de ocupantes de outra feitoria genovesa — Tana — há pouco evacuada. Tendo a peste se manifestado nas hostes assediadoras, ordenou o Cã que os cadáveres empestiados fossem catapultados por sobre as muralhas da feitoria, onde a moléstia se alastrou (3). Da referida feitoria os ratos escuros, hospedeiros das pulgas portadoras da moléstia, transmitiram a epidemia para Constantinopla e de lá para o Mediterrâneo europeu. Menções nas crônicas chinesas relativas ao ano de 1352 indicam que a pandemia se difundiu igualmente para o leste, ignorando-se por outro lado, exatamente qual o seu roteiro ao disseminar-se pelo Oriente Médio e Norte da África.

Uma frota de socorro situada nas imediações de Cafá acolheu os fugitivos da cidade, que eram também os sobreviventes da epidemia e Constantinopla parece ter sido a primeira escala e também a primeira vítima das galeras contaminadas. Várias ilhas do Mediterrâneo foram tocadas, mas é difícil estabelecer-se exatamente quais, até que as galeras genovesas tenham chegado a Messina em outubro de 1347, tendo sido suficiente um rápido diálogo com os recém-chegados para que a epidemia grassasse violentamente na cidade, com a expulsão dos forasteiros não impedindo que a moléstia se difundisse por toda Sicília. No fim do ano chegou a frota a seu destino e quando a moléstia se manifestou em Gênova os seus habitantes não tiveram escrúpulos em banir seus compatriotas portadores da doença e que, dos mil que tripulavam a frota, já estavam reduzidos a 10 e concentrados em uma única galera e que, uma vez expulsos, aportaram em Pisa e abriram as portas da Toscana à Peste Negra. Em Pisa não tardou a verifi-

---

(2). — GLÉNISSON *et al.*, *Les Découvertes...* pp. 17 sqq. [74] traça um quadro sugestivo da atmosfera reinante por ocasião dos momentos em que desencadearam as grandes catástrofes.

(3). — GASQUET, *The Black Death of 1348 and 1349*, pp. 3 sqq. [122]; KOWALEWSKY, *Die ökonomische Entwicklung Europas...*, T. 5, pp. 231 sqq. [147]; GLÉNISSON *et al.*, *op. cit.*, p. 68 [74]; ZIEGLER, *The Black Death*, pp. 15 sqq. [143].

car-se nova expulsão, induzindo-os a aportarem em Marselha, iniciando-se o contágio da Provença e, mais tarde, de todo o Midí. Juntamente com outras duas embarcações ali aportadas e consideradas igualmente um foco de difusão foi a referida nau obrigada a seguir viagem, aportando em Maiorca com iguais resultados, somente então desaparecendo das fontes as referências à macabra frota genovesa. Se insistimos em indicar, ainda que resumidamente, o itinerário da frota mercantil genovesa a que se atribui papel relevante na difusão da Peste Negra é porque tal descrição nos parece refletir exemplarmente a importância das rotas em tal processo. A concordância a respeito entre fontes independentes asseguram a consistência da reconstituição que, em outras circunstâncias, poderia compreensivelmente, passar por inverossímil (4).

Mas seria exagerado atribuir à frota genovesa a responsabilidade exclusiva pelas devastações da Peste Negra na Europa Ocidental, visto que, simultaneamente a Gênova e Pisa, Veneza era atingida, sendo que a distância entre esta e as demais cidades torna obrigatória a suposição de que a república dos doges foi atingida por uma via diversa, possivelmente a partir de suas próprias feitorias no Mediterrâneo oriental, sendo provável que após a eclosão da pandemia na Criméia, se tenha verificado uma diversificação nas rotas de transmissão.

Derivando dos portos começou a epidemia a difundir-se rapidamente por terra e já por 25 de janeiro de 1348 a sua presença era registrada em Avinhão, atingindo Paris em julho, ao mesmo tempo em que se alastrava pela Península Ibérica, com Portugal afetado nos fins de setembro. Mas já antes, no início do verão a Inglaterra começava a ser devastada, passando a Alemanha a sofrer seus efeitos já nos inícios do ano seguinte, com Viena atacada na primavera e, já no fim de 1349, chegava a moléstia até a Prússia. Em 1350 a pandemia atacava simultaneamente a Escandinávia — a partir provavelmente da Inglaterra em sua parte ocidental e da Prússia pela oriental — e a Rússia, aproximando-se assim do seu ponto de origem e como que fechando o círculo (5).

---

(4). — Gabriele de'Muissi, um cronista anônimo de Siena e Ângelo de la Touray mencionam a referida frota. GASQUET, *op. cit.*, caps. 1 e 2, pp. 1-38 [122]; KOWALEWSKY, *op. cit.*, T. 5, pp. 225-236 [147]; GLÉNISSON *et al.* pp. 68 sqq. [74]; ZIEGLER, *op. cit.*, *loc. cit.* [143].

(5). — Quando tratarmos das legislações entraremos em detalhes mais minuciosos sobre a difusão da Peste Negra em cada uma das nações que concernem diretamente ao nosso estudo. Para uma visão de conjunto da propagação da epidemia vide F. A. GASQUET, caps. II a IV, pp. 18 a 80 [122]; KOWALEWSKY pp. 222-241 [147]; RENOARD, *L'événement mondial le plus important...* *Études d'histoire médiévale* pp. 144 sqq. [137a]; GLÉNISSON *et al.* pp. 68 sqq. [74].

A unificação do mundo pelas rotas comerciais estava, porém, muito longe de constituir a única explicação para a amplitude da difusão da Peste Negra, tendo o estágio dos conhecimentos médicos, os hábitos de higiene e os costumes em geral da época um peso preponderante nas proporções que a epidemia assumiu. De início, não se tinha a mais remota idéia quanto à natureza do mal, atribuindo-o ao envenenamento do ar por uma má conjunção dos planetas nos meios médicos, enquanto em outras camadas da população circulavam outras explicações, a mais corrente das quais — e que acabou por se tornar a explicação por excelência ao ser adotada oficialmente pela Igreja — nele via uma punição divina pelos pecados humanos, sendo também bastante popular a que apontava minorias mal-vistas — sobretudo as comunidades judias — como promotoras de atos criminosos premeditados, tais como o envenenamento de fontes e poços, responsáveis pelas devastações da epidemia, desencadeando-se massacres impressionantes nos guetos de certas regiões (6), devendo-se, aliás, ressaltar que somente em 1894 o agente da moléstia veio a ser identificado.

Deve também ser levada em conta a circunstância de que esta foi a primeira epidemia registrada na Europa Ocidental depois de muitos séculos de ausência, tomando-a totalmente desprevenida. Independentemente da identificação dos agentes provocadores certas providências acauteladoras permitem circunscrever o mal, sendo que — com algumas exceções (7) — quase se poderia afirmar que por ocasião da Peste Negra fez-se tudo o que não deveria ter sido feito. A quarentena somente foi adotada pela primeira vez em 1374, em Veneza (8), mas sua aplicação sistemática e generalizada somente se verificou mais tarde, sendo muito mais frequente o banimento ou, ao menos, o abandono dos infectados — tendência ilustrada pelas sucessivas expulsões de que foi objeto a frota genovesa contaminada nos portos em que ancorou — o que somente contribuía para facilitar a difusão da moléstia. Por outro lado, quanto mais forte grassava a epidemia, mais pronunciada era a tendência do povo a se concentrar nas

---

(6). — Para a explicação do mal v. KOWALEWSKY, pp. 246 sqq. [147]; RENOARD, art. cit. pp. 145 sqq. [137a]; GLÉNISSON *et al.*, pp. 72 sqq. [74]; ZIEGLER, pp. 67 sqq. [143].

(7). — KOWALEWSKY p. 247 [147] relata que em Piacenza as autoridades proibiram a entrada na cidade de pessoas originárias de regiões contaminadas, ordenando também a purificação das casas empestiadas mediante o uso de lareira, a secagem ao sol de lençóis e cobertores, a exposição de camas de doentes ao ar livre e a evacuação de casas visitadas pela moléstia. Embora de alcance limitado, tais medidas podem ser tidas como salutares.

(8). — SAUGHNESSY, "Quarantine and Isolation" *ENC. BRIT.*, T. 18, p. 933 [139].

igrejas para rezar ou para perambular em procissões expiatórias, o que constituía um ótimo terreno de cultura para a moléstia.

Se tais eram as tendências predominantes, não se deve, porém, concluir serem elas inteiramente generalizadas. A intuição do contágio apresenta-se bastante desenvolvida em muitos casos, mas, curiosamente, tendia a ser atribuída não propriamente aos portadores da doença, mas à corrupção do ar que, como os tinha atingido, poderia também atingir as pessoas sãs (9). Em consequência, ao invés de isolar os doentes, procuravam as pessoas sadias retiros onde o ar não estivesse envenenado, sendo um exemplo dessa atitude o comportamento dos personagens do *Decamerone* de Boccaccio, entre os quais se incluía o próprio narrador. Em resumo, tratava-se de uma espécie de quarentena às avessas que não podia ser generalizada, somente estando ao alcance de pessoas de considerável situação financeira. A tais medidas se acrescentavam dietas, remédios, purificação do ar com substâncias aromáticas e normas de higiene de caráter individual (10), tratando-se, no conjunto, de providências de uma eficiência limitada e, o que é mais importante, suscetíveis de serem adotadas apenas pelos setores privilegiados da população.

Além do despreparo das populações da Europa Ocidental para enfrentar uma epidemia da amplitude e da violência da Peste Negra com medidas higiênicas e médicas adequadas, convem admitir que, além disso, se encontravam elas bastante predispostas a contrair o mal, visto que, por mais que se divirja quanto à extensão da desnutrição que teria caracterizado a primeira metade do século XIV no capítulo alimentar, há poucas dúvidas de que ela tenha sido bastante acentuada. As flutuações nos preços dos cereais e a menção de penúrias alimentares cobrindo áreas bastante extensas, a que fizemos alusão no capítulo anterior, e que foram bem mais numerosas do que em períodos anteriores, são suficientemente significativas, convindo lembrar ainda que tais fenômenos incidiam sobre populações que, na sua maioria, estavam longe de usufruir de uma alimentação satisfatória, mesmo em épocas da mais completa normalidade, consumindo o estri-

---

(9). — KOWALEWSKY, pp. 233 sqq. [147]. Todavia, baseados na frequência com que os cronistas falam da fuga dos filhos ao verem os pais atingidos e vice-versa, do abandono do lar por um dos cônjuges quando o outro contraía a moléstia, etc., afirma-se que, contrariando a opinião dos médicos, o povo comum tinha a intuição do contágio. Todavia, como saber quando se fugia ao contágio ou quando, simplesmente, procurava-se abandonar uma atmosfera corrompida? V. J. GLÉNISSON *et al.*, pp. 78 sqq. [74].

(10). — KOWALEWSKY, pp. 246 sqq. [147] oferece um levantamento bastante extenso e detalhado das recomendações dos médicos da época.

to mínimo indispensável à subsistência (11). Num quadro dessa natureza qualquer anomalia mais pronunciada, seja na produção, seja na distribuição de alimentos, podia resultar numa queda desastrosa do índice de nutrição, debilitando organicamente a população e tornando-a extremamente vulnerável às moléstias contagiosas.

Para a mentalidade da época uma praga da extensão da Peste Negra somente podia ser explicável por um grau de profunda impaciência da Divindade com os pecados dos homens, sendo geralmente a má disposição divina precedida dos “signos anunciadores” e entre os cronistas que mencionam a epidemia abundam as referências a catástrofes naturais prenunciadoras da chegada do Terceiro Cavaleiro do Apocalipse. Assim, fala-se de um cometa — símbolo infalível de acontecimentos desastrosos, para a mentalidade medieval — em 1346, acompanhado de escuridão, tremor de terra, ventos devastadores e névoa, quando então teria eclodido a peste nos “reinos do centro” (12). Além de catástrofes semelhantes na China, fala-se de uma irrupção do Etna em 1333, de terremotos no Egito, Síria e Lisboa em 1344 e também em Chipre, na Grécia, Áustria e Alemanha em 1347-1348, assim como ruídos subterrâneos em Basileia, Pisa e Bolonha (13). Seria razoável estabelecer uma ligação entre tais fenômenos e a eclosão da epidemia? O mais profundo ceticismo nos parece constituir a atitude mais apropriada, mas as fontes — e desta vez não apenas as narrativas, mas também as de arquivo, em geral mais “objetivas” — mencionam outros fenômenos, desta vez bem mais significativos e relacionados sobretudo com más colheitas. Em 1338 começou na França uma fase de más colheitas, com as intempéries agravadas com o desenvolvimento da Guerra dos Cem Anos (14); na Provença iniciou-se em 1343 uma redução progressiva da população de Puget-

---

(11). — Muitos historiadores têm insistido na precariedade da alimentação das camadas mais baixas da população: por exemplo, J. LEGOFF, *La Civilisation de l'Occident médiéval*, Paris, 1965 (1a. ed.: 1964); HILTON, *Y eût-il une crise...* p. 30 [83]. A historiografia tradicional em geral se mostra menos pessimista a respeito, mas a questão somente poderá ficar melhor esclarecido quando se empreender um estudo sistemático da alimentação na Idade Média, o que ainda está por ser feito. Em tempo: acabamos de ter acesso ao livro de L. STOUFF, *Ravitaillement et alimentation en Provence aux XIVe et XVe. siècles* (Paris, 1970), o qual representa um passo significativo nessa direção. O problema levantado no início desta nota não encontra na obra em questão subsídios suficientes para uma resposta categórica, somente sendo possível afirmar que o autor acentua sobretudo as perturbações das guerras e epidemias sobre o abastecimento (e indiretamente sobre a alimentação), sem se definir quanto à questão que mais nos interessa no momento, qual seja a da sub-nutrição crônica, favorecedora da disseminação da peste.

(12). — KOWALEWSKY, p. 225 [147]. ZIEGLER, p. 13 [143].

(13). — *Idem, ibidem*, pp. 227 sqq. [147].

(14). — Pp. 228-229 [147].

-Théniers — fenômeno que talvez tenha se repetido em outras localidades da região, embora não tenham sido atestado na documentação — em virtude de uma série de más colheitas sucessivas ocasionadas por tempestades, solicitando os respectivos habitantes uma redução em suas obrigações fiscais (15); na Inglaterra, ainda em 1348 um verão excepcionalmente chuvoso prejudicou fortemente as colheitas e é possível que uma penúria somente tenha sido evitada pela própria epidemia (16); a Toscana também conheceu em 1347-1348 uma carência alimentar que teria levado muitos habitantes à morte e induzido outros a se alimentar de ervas (17); na Áustria, a falta de dados diretos sobre más colheitas é substituída pela comprovação de altas notáveis nos preços dos cereais em 1343 e 1347 (18), indício indireto de dificuldades no setor alimentar. Todos esses fatos revelam que o decênio 1341-1350 não foi dos mais favoráveis, com as dificuldades de abastecimento provavelmente propiciando uma maior vulnerabilidade das populações da Europa Ocidental à Peste Negra.

Todavia, quaisquer que fossem as condições de vida das populações da Europa Ocidental, a Peste Negra se constituiu num elemento externo, sendo, portanto, imprudente acentuar excessivamente o caráter endógeno da crise, sendo útil, para melhor compreendermos seus efeitos, conhecer algo sobre a sua natureza (19).

A doença é provocada pelo bacilo *Pasteurella pestis* — ou *Bacillus pestis*, ou ainda *Yersinia pestis* — sendo em primeiro grau uma moléstia de roedores, podendo ser transmitida aos homens por pulgas oriundas de ratos contaminados, mas se os ratos, sobretudo os de cor escura, aparecem como os vetores habituais na difusão da moléstia entre os homens, o seu *habitat* por excelência é a região do lago Baikal, na Sibéria Meridional e seu portador principal é uma variedade de marmota da região (20). A moléstia, fortemente contagiosa, pode se revestir de 3 formas: a bubônica — transmitida fundamentalmente por pulgas oriundas de ratos contaminados e mortífera na proporção de 70%; a pulmonar — transmitida pelo contato humano (residindo o seu ponto de partida nos doentes que tenham contraído a forma bubônica diretamente das pulgas), às vezes pelo simples há-

---

(15). — BARATIER, *La démographie provençale du XIIIe au XVIIIe siècle*... p. 80 [114].

(16). — GASQUET, p. 85 [122]. ZIEGLER, p. 33 [143].

(17). — KOWALEWSKY, p. 229 [147]; CARPENTIER, *Une ville devant la peste*... p. 47 [117].

(18). — KOWALEWSKY, p. 229 [147].

(19). — Baseamo-nos, nos dados que se seguem sobre a moléstia em MEYER, *Plague Encycl. Britan.* [129]; CARPENTIER, *op. cit.*, pp. 114 sqq. [117]; ZIEGLER, pp. 24 sqq. [143], salvo indicação em contrário.

(20). — GLÉNISSON *et al.*, p. 66 [74].

lito do contaminado e cujo índice de mortalidade se aproxima dos 100%; e a septicêmica — forma particularmente violenta, em que a multiplicação dos bacilos no sangue é tão intensa que provoca a morte do contaminado antes mesmo da plena manifestação dos sintomas característicos de quaisquer das outras 2 formas, bubônica ou pulmonar. Nesta os pulmões são os principais atingidos e a hálito do doente é particularmente repelente, enquanto na primeira a característica primordial é a formação de caroços escuros nas axilas e juntas — os bubões — enquanto manchas pretas por todo o corpo e tumores fétidos são comuns às duas formas.

Na ausência de medidas de higiene e de medicina preventiva adequadas a doença atravessa — quando de sua incidência em uma determinada comunidade — três fases principais: uma expansão, em que os casos se tornam cada vez mais numerosos e com índices de mortalidade cada vez mais elevados entre os infectados; o apogeu, com generalização da incidência e porcentagem ínfima de curas entre as vítimas do mal; e, finalmente, o declínio, em que o número de casos vai diminuindo aos poucos e em que os casos de recuperação tendem a se tornar menos raros. O amplo desencadeamento da moléstia faculta aos sobreviventes uma imunidade temporária, não apenas aos que tenham sido atingidos pela doença — visto que os que se recuperam da moléstia representam sempre uma exceção — mas também aos que tenham sido poupados por ela. Segundo certas teorias, uma longa sequência de epidemias provocaria algo semelhante a uma imunização hereditária, o que justificaria a existência, anteriormente mencionada, dos ciclos epidêmicos. A respeito destes últimos poder-se-ia supor, ao lado da imunização coletiva e hereditária, a alternância de fases de vigor e de debilidade da moléstia, coincidindo com a sua expansão ou retração. Todavia, embora baseadas em observações de casos concretos, não existe uma unanimidade absoluta em torno de tais teorias, não nos cabendo qualquer veleidade de um pronunciamento sobre a sua validade.

De qualquer forma, foi esta moléstia gravíssima e altamente contagiosa, no máximo de sua força, que a Europa Ocidental teve que enfrentar na Peste Negra, completamente ignorante quanto à sua natureza e incapaz — ressalvados casos muito excepcionais, como o de Pistóia, já citado anteriormente — de tomar medidas pelo menos de higiene e prevenção, sobretudo as últimas, suficientemente eficazes. Coloca-se então o problema do índice de mortalidade provocado pela praga e aqui, como quase sempre acontece com questões que demandam precisões numéricas na história do período, é-se obrigado predominantemente a contentar-se com conjecturas mais ou menos fundamentadas. Em parte tal situação se explica pela já muitas vezes men-



cionada por nós insuficiência de estudos demográficos sistemáticos nas várias áreas que compõem a Europa Ocidental, mas, mesmo quando existem trabalhos desse tipo, a imprecisão dos dados obtidos impede conclusões incontestáveis.

Dados isolados nós os temos e eles são impressionantes, mas a prudência que deve caracterizar toda atividade científica impede sua generalização. O exemplo mais citado, por se reportar ao único documento em que são fornecidos dados numéricos *absolutamente precisos*, é o do registro paroquial de Givry, aldeia da Borgonha situada nas proximidades de Chalons-sur-Saône, cuja parte relativa à época da peste — e que cobre os anos que a precederam e fração importante do seu período de incidência — chegou intata até nós: nos 10 anos que a antecederam a média anual de falecimentos registrados corresponde a aproximadamente 30, subindo em 1348 subitamente a 615, e isto apenas no que se refere ao período compreendido entre 15 de agosto e 19 de novembro, data em que as anotações são interrompidas. Admitida uma população máxima de 1500 habitantes, vemo-nos em presença de um índice de mortalidade próximo dos 50% (21). Tanto quanto seja de nosso conhecimento, porém, trata-se do único documento a fornecer dados de uma tal precisão relativamente a toda uma unidade populacional.

Em relação a comunidades mais restritas, possuímos também algumas cifras precisas, igualmente alarmantes, e referindo-se geralmente aos meios eclesiásticos, sobretudo ao clero regular. Em Montpellier morreram 133 em 140 dominicanos, 153 sobre 160 em Maguelone, 78 sobre pouco mais de 150 em Florença (22) e, mais espetacular ainda, morreram, no intervalo de um mês, o prior, o chantre e todos os beneficiários da Colegiada de São Pedro de Almedina, em Coimbra, com o que atingimos a um índice de mortalidade de 100% (23). Índices de mortalidade, portanto, ainda mais elevados do que os de

---

(21). — GLÉNISSON *et al.*, p. 73 [74]. Por outro lado, PERROY, À l'origine d'une économie contractée *AESC* p. 179 [99], chama a atenção para o fato de que o índice médio anual de mortalidade dos anos 1341-1347 (32,7), já representava uma sensível elevação do registrado no período 1334-1340 (17,5), aumento que de maneira alguma deve ser atribuído a um incremento demográfico proporcional. Assim, o precioso documento comprova a tendência frequentemente mencionada para a alta nos índices de mortalidade e também que — mesmo considerada tal tendência — a Peste Negra merece bem o qualificativo de desastre demográfico.

(22). — GLÉNISSON, p. 74 [74]; RENOARD, art. cit. pp. 145 sqq. [137].

(23). — VICENTE GONÇALVES, Consequências demográficas... *BA* p. 218 [133b]; RAU, Un document portugais sur la Peste Noire de 1348 *AM passim* [132].

Givry, devendo-se, porém, levar em conta de que se trata de coletividades particularmente vulneráveis, visto serem seus membros coagidos, por força de suas atribuições específicas de assistência espiritual, de entrarem frequentemente em contato com os doentes e, também, pelo seu caráter comunitário, obviamente encorajador do contágio.

Os documentos de caráter fiscal, por seu turno, oferecem também elementos numéricos, mas muito menos precisos e, por consequência, muito mais sujeitos a interpretações até certo ponto subjetivas. Dos numerosos estudos a respeito, limitar-nos-emos a alguns exemplos.

Dispõe-se para Albi, cidade francesa do Midi, em estado razoavelmente bem conservado, de *compoix* (cadastros elaborados com finalidades fiscais) para os anos de 1343 e 1357, os quais registram, respectivamente 2.669 e aproximadamente 1.200 fogos contribuintes (o caráter aproximativo da segunda cifra explica-se pelo estado menos perfeito de conservação do *compoix* de 1357) (24), a indicar uma redução superior a 50% nos fogos dessa categoria (os fogos não contribuintes não foram registrados). Ora, além dessa brutal redução no número de fogos cadastrados, chama a atenção uma forte porcentagem de nomes novos no *compoix* de 1357, em relação ao de 1343 (e aqui cabe lamentar que o trabalho que nos fornece dados para estas considerações não seja mais sistemático na estatística de nomes novos, transferidos de um bairro para outro da cidade e desaparecidos), atribuídos pela autora à imigração, generalização que nos parece um tanto apressada, considerada a natureza dos documentos em questão, pois, dado que eles somente registram fogos contribuintes, não se afigura descabida a hipótese da ascensão de uma certa porcentagem de elementos locais, graças à percepção de heranças, da categoria de isentos à de sujeitos a obrigações fiscais, mediante uma promoção econômica e financeira (25). Assim, temos um exemplo bastante significativo dos efeitos da Peste Negra numa unidade urbana, que nos informa sobre os índices de mortalidade, a renovação das camadas possuidoras da população e sugere também um dinâmico processo migratório.

Um outro estudo extremamente significativo dentro de nossas preocupações do momento é o trabalho que o Prof. Baratier dedicou à demografia provençal (26), apoiado numa documentação rica e de proveniência totalmente fiscal mas, dentro dessa categoria, bastante heterogênea, por reportar-se a taxas diferentes e com faixas próprias de incidência, o que as torna dificilmente comparáveis entre si. As avaliações do autor sobre o conjunto da população da região — de

---

(24). — PRAT, Albi et la Peste Noire *AM* pp. 16 sqq. [131].

(25). — *Idem, ibidem*, p. 20 [131].

(26). — E. BARATIER, *op. cit.* [114].

aproximadamente 350.000 habitantes no início do século XIC e 150.000 em 1471, correspondentes a cerca de 70 e 30.000 fogos, respectivamente (27) — são de um interêsse limitado para a avaliação dos efeitos da Peste Negra, por se referirem a datas dela muito distanciadas, apesar de o Prof. Baratier atribuir a ela um papel capital numa tão extra-ordinária evolução demográfica (28). Socorrendo-nos, porém, de numerosos quadros estatísticos do fim do volume, procuramos localizar dados referentes a datas próximas da peste, anteriores e posteriores e comparáveis entre si, isto é, provenientes de levantamentos fiscais homogêneos (referentes a uma mesma modalidade de imposto), obtendo resultados não muito numerosos, mas expressivos.

Antes, porém, de recorrermos aos referidos dados estatísticos, é útil destacar uma investigação levada a efeito em 1349 no vale de Rians, onde o total de fogos de 3 localidades caiu de 432 a 264, ou seja, um pouco mais da metade, em consequência da epidemia (29). No âmbito urbano, Aix-en-Provence passou de 1486 fogos sujeitos à taxa de albergue em 1345-1346 a 810 em 1356-1357; Apt, de 926 a 444 nas mesmas datas; Moustier de 619 em 1344-1345 a 204 em 1354-1355; e Riez de 680 em 1340-1341 a 213 em 1354-1355, o que revela desgastes demográficos desiguais, mas sempre muito elevados, não inferiores a 40% e por vezes superior a 70% (30). Na *baillie* de Moustier, a soma de 5 localidades para as quais se dispõe de dados, sempre referentes à taxa de albergue, para 1340 e 1354 constata-se, respectivamente, 2.113 e 731 fogos, quase 2/3 de perdas, portanto (31). Particularmente significativas são as cifras de 3 localidades posteriormente anexadas à Savoia, por se referirem aos anos de 1345-6 e 1352-3 — muito próximos, por conseguinte, das devastações da epidemia — com os totais, respectivamente de 294 e 136 (32). Diante de tais números, acode-nos a tentação de acoimar de hiper-críticos os historiadores modernos que verberam os cronistas medievais por exagerarem as cifras das baixas atribuídas à Peste Negra, tentação que ainda mais se acentuará, se pudermos supor um índice numérico mais baixo para o fogo médio *post* peste em relação ao *ante* peste, o que é lícito se lembrarmos as alusões nas narrações da época dos casos de famílias numerosas reduzidas a um ou dois membros, ainda

(27). — *Idem, ibidem*, p. 67.

(28). — *Idem, ibidem*, pp. 82 sqq. É util acentuar que o autor também, a exemplo de outros especialistas na questão, admite que a recessão demográfica iniciou-se antes da epidemia (pp. 80-81).

(29). — P. 82.

(30). — Pp. 128-129.

(31). — P. 161.

(32). — P. 179.

que se possa aventar a possibilidade de uma acentuação no ritmo dos casamentos, diminuindo o número de fogos, mas propiciando a constituição de unidades familiares com maior número de componentes. Poder-se-ia, para atenuar o caráter catastrófico de tais cifras, imaginar uma redução no número de contribuintes proporcionalmente maior que no de habitantes, já que a epidemia provocou uma série de perturbações econômicas que arruinou numerosas famílias, sobretudo camponesas, e provocaram um forte incremento da mendicância, mas os números globais de fogos calculados pelo Prof. Baratier para 1471, em comparação aos do início do século XIV, reduzem sensivelmente as possibilidades de consistência de tal hipótese.

Na Inglaterra, a prospecção dos registros de *heriots* — taxa a ser paga ao senhor em caso de transferência de tenências, geralmente por morte — do arcebispado de Winchester, acusou uma alta no índice de mortes, proporcionalmente ao número de dependentes, de uma média de 52 por 1000, para cerca de 500 por 1000, ou seja, 50%, nos anos de incidência da Peste Negra, 1348-1349 (33).

Feitas tais considerações, surge o problema de uma avaliação das baixas provocadas pela Peste Negra no conjunto da Europa Ocidental e aqui é forçoso renunciar à pretensão de chegar a um resultado que não seja meramente conjectural, sobretudo considerando-se que a incidência da moléstia variou muito, quanto à intensidade, de uma região para outra. Os exemplos acima mencionados comprovam que determinadas áreas foram duramente atingidas, mas há indícios de que outras foram praticamente poupadas, como por exemplo a Lombardia (34) e o Brabante (35). A procura de uma média de baixas que leve em conta os extremos de mortalidade e de ausência de incidência, os medievistas têm adotado uma proporção oscilando entre 1/3 e 1/4, representando a renúncia a porcentuais e a adoção de critérios mais grosseiros de mensuração um indício do caráter conjectural de tais cálculos.

Mas, os problemas não param aí, pois sabemos que a Peste Negra de 1348-1349 foi apenas a primeira de uma longa série de epidemias (36), ainda que as que se seguiram tivessem frequentemente um caráter predominantemente local. Que índice de mortalidade atribuir à epidemia de 1348 em comparação com as subseqüentes? Sem dúvida, a Peste Negra de 1348-1349 foi a que maior difusão atingiu e, via de

---

(33). — POSTAN e TITOV, *Heriots and Prices...* *EHR*, p. 408 [107].

(34). — KOWALEWSKY, p. 243 [147].

(35). — KOWALEWSKY, p. 241 [147].

(36). — KOWALEWSKY, pp. 242 sqq. [147] e GLÉNISSON *et alii*, pp. 82-83 [74] enumeram várias reincidências gerais e locais.

regra, deve ter sido a que isoladamente maior número de vítimas provocou, dada a inexistência de imunização em qualquer setor da população. Mas, teria sido ela mais mortífera do que todas as que se lhe seguiram somadas? Russell calcula, para a Inglaterra, um desgaste demográfico de 20% na de 1348 e de 30% para as subsequentes somadas, até o fim do século XIV (37), julgando também que o ponto máximo do declínio demográfico deve ter se verificado por volta de 1440, iniciando-se uma rápida recuperação a partir de 1470 (38).

Outro ponto a ser elucidado diz respeito à incidência da moléstia nos vários setores da população, de conformidade com o sexo e a idade. O fato de os homens viverem mais frequentemente do que as mulheres em comunidade — monaquismo masculino mais desenvolvido do que o feminino, universidades, na época geralmente constituindo unidades fechadas, acampamentos militares, etc. — permite supor um índice mais alto de mortalidade masculina, mas tal ponto de vista tem sofrido contestação (39). Em contra-partida, as próprias fontes indicam claramente que nas reincidências — ao menos nas primeiras — a mortalidade infantil foi particularmente elevada já que a segunda epidemia generalizada, a de 1361, foi alcunhada de *mortalité des enfanz* (40), o que é facilmente explicável pelo menor índice de imunidade em comparação com os adultos, sobreviventes da epidemia de 1348.

A incidência da moléstia segundo a condição social é, por sua vez, objeto de referências contraditórias nas fontes. A *Ordinance of labourers* de 1349 — como o veremos, quando de sua análise, com mais vagar — afirma que a mortalidade foi sobretudo acentuada entre os trabalhadores (41) e Simon de Covino, obscuro poeta francês da época que tratou da peste em versos, julga que o povo comum sofreu mais do que os ricos (42) e há lógica em tais testemunhos — já que

---

(37). — Citado por ABEL, *Agrarkrisen...* p. 49 [56].

(38). — RUSSELL, *Effects of Pestilence and Plague...* *CSSH*, p. 470 [138].

(39). — RUSSELL, art. cit. pp. 469-470 [138] defende a idéia de uma maior incidência da moléstia sobre a população masculina, ponto de vista refutado por THRUPP, *Plague Effects in Medieval Europe CSSH*, p. 477 [141].

(40). — GLÉNISON *et al.*, p. 83 [74]; RUSSELL art. cit. pp. 470 sqq. [138].

(41). — RYMER, *Foedora...* T. 1, p. 198 [5]; *THE STATUTES OF THE REALM...* T. 1, p. 307 [6]; PUTNAM, *The Enforcement of the Statute...*, pp. 8-9 do apêndice [152].

(42). — O texto do poema foi editado por LITTRÉ, *Opuscule relatif à la Peste de 1348...* *BEC* texto às pp. 240-242 [128] e a referida passagem mereceu numerosas citações, entre outras por KOWALEWSKY, p. 379 [147] e GLÉNISON *et alii*, p. 75 [74]. Todavia, à parte referência, em francês, do próprio Littré (p. 204), não conseguimos encontrar traço de tal afirmativa no

aqueles que pertenciam às classes mais abastadas gozavam de melhor alimentação e, por conseguinte, de maior resistência orgânica; tinham maiores possibilidades de fugir aos ambientes infectados; viviam em média em condições de higiene doméstica mais favoráveis e é provável que tanto os ratos quanto as pulgas fossem mais raros em suas residências, etc. — ainda que outras fontes acentuem a cegueira da moléstia em relação ao *status* dos atingidos (43). Embora, como sempre, faltem dados numéricos precisos para estabelecer porcentagens nos decessos em relação às diversas camadas sociais, o fato é que nenhum setor da população foi poupado.

Do exposto conclui-se que, embora utilíssimos como indícios, os dados numéricos precisos são por demais raros para que, baseados neles, possamos formar uma opinião consistente sobre a extensão da incidência da moléstia, tornando obrigatório o recurso a informações qualitativas e mesmo a conjecturas. Dito isto, não há margem para dúvidas quanto à violência da Peste Negra e de que as repercussões de um mal de tal intensidade e extensão devam ter sido profundas nos mais variados aspectos da existência humana no período, ainda que reinando as mais profundas divergências a respeito. Tanto autores do século passado (44), quanto atuais (45) têm proposto que ela seja considerada como o marco na passagem da Idade Média para a Moderna; houve quem lhe atribuisse papel determinante na expansão ultra-marina portuguesa (46) e mesmo veio a ser considerada como o acontecimento mais importante do século XIV (47). Outros, porem, tendem a considerar limitada a influência que a grande pandemia po-

---

texto latino e esta parece ter sido uma dificuldade sentida por Kowalewsky que, sempre escrupuloso a esse respeito, omite-se de indicar a página. Eis, portanto, um pequeno enigma a ser elucidado.

(43). — Voltando a Simon de Covino, a referência ao problema que conseguimos localizar no texto latino sobre a questão está muito mais próxima desta última posição: “Innumerum vulgus moritur, fortis fragilisque,/Et macer et pinguis, complexio quaelibet, atque/Cum domino servus perit et cum paupere dives/Omnes mors fecit pariles... (pp. 240-241, versos 36-39, os grifos são nossos).

(44). — F. A. GASQUET, Prefácio, p. XXII [122].

(45). — F. LUTGE, Das 14.15. Jahrhundert in der Sozial- und Wirtschaftsgeschichte, *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, T. 162, 1950, pp. 161-213, que infelizmente não pudemos consultar, mas cujo ponto de vista é comentado por DUBLED, *Conséquences économiques...* p. 274 [119].

(46). — BAQUERO MORENO, *Consequências sociais...* BA p. 236 [133d] ou, ainda mais taxativamente, OLIVEIRA RAMOS, *Consequências econômicas...* BA p. 229 [133c].

(47). — “L'événement mondial le plus important du XIVE. siècle” é o título de artigo de RENOARD [137] e [137a]. V. tb. RENOARD, *Conséquences et intérêt démographique...* *Études d'Hist. Médiévale* [136a] e comentários de FEBVRE, *La Peste Noire de 1348 AESC* [121].

deria ter tido sobre a evolução da Europa Ocidental (48), em geral alegando que antes de sua eclosão já estavam plenamente configuradas as dificuldades que lhe são comumente atribuídas. Ora, colocada em tais termos a questão tende a se tornar insolúvel, visto que as lacunas da documentação impedem a mensuração exata de seus efeitos, distinguindo-os das repercussões que possam ter sido o fruto de outros fatores em jogo.

Mas, talvez se trate no fundo de um falso problema pois colocar a questão nesses termos já implica de uma certa forma em admitir que os vários aspectos da evolução das sociedades humanas possam ser isolados em compartimentos estanques, quando — tal ao menos é o nosso ponto de vista — o que se verifica é um inextricável — quase diríamos inevitável — imbricamento dos seus vários setores, representando a distribuição destes em planos diversos, antes de tudo, um artifício do espírito com vistas à apreensão e compreensão da realidade. Partindo de tal concepção, torna-se evidente que não acreditamos em resultantes inteiramente “puras” da Peste Negra, tendo todos os fenômenos que lhe são imputados influenciados em maior ou menor escala por outras forças conjunturais em jogo, concluindo-se que poucos são os benefícios ou malefícios que lhe possam ser totalmente atribuídos.

Ainda antes de examinarmos os diversos efeitos atribuídos à epidemia, convém chamar a atenção para o fato de que nem todos são palpáveis na mesma proporção — sendo necessária, em algumas esferas uma sensibilidade muito apurada para discerni-los — visto que os demográficos são mais fáceis de detectar do que os psicológicos, os econômicos mais do que os artísticos, etc. Finalmente — e isso é verdadeiro sobretudo para a esfera psicológica — cumpre ter em mente que os efeitos podem ter sido bastante contraditórios.

Assim, por exemplo, encontramos — ao iniciar o exame das consequências da Peste Negra — uma dessas contradições na própria conduta das populações da Europa Ocidental após a epidemia, quando se verificou uma curiosa dicotomia nas reações, pois, de um lado assistimos a uma recrudescência no rigor das práticas religiosas (49) e, de outro, a uma busca do prazer a qualquer custo (50), ambas as reações

---

(48). — DUBLED, art. cit., pp. 274 sqq. [119]; HILTON, *Y eût-il...?* AESC p. 24 [83]; PERROY, *À l'origine...* AESC p. 167 [99] são exemplos dessa posição.

(49). — CARPENTIER, *Autour de la Peste Noire...* AESC, pp. 1065 sqq. [67] e *Une ville devant la peste...*, pp. 193-195 [117]; KOWALEWSKY, pp. 258 sqq. [147].

(50). — CARPENTIER, *op. cit.*, pp. 195-196 [117]; KOWALEWSKY, pp. 269 sqq. [147]; THOMPSON, *Economic and Social History...*, pp. 382 e 385 [159].

partindo, no fundo, de um mesmo sentimento: o de que o fim do mundo se aproximava e que era preciso se preparar para êle, pois ninguém poderia prever nada quanto ao dia de amanhã. A concepção apocalíptica do destino do gênero humano, subjacente ao sub-consciente psicológico e religioso da Cristandade, manifesta-se em toda a sua plenitude, ainda que da parte dos que se entregavam à vida alegre se possa supor, simultâneamente a tal ponto de vista, uma reação natural após uma fase de terror profundo e contínuo.

Relativamente à reativação das práticas religiosas nota-se, igualmente, uma variedade apreciavel de modalidades visto que, de um lado, assistimos a explosões até certo ponto irracionais, com grupos preconizando a demonstração mais ostensiva e radical dos sentimentos de arrependimento e práticas de auto-punição extremadas, enquanto, de outro, verificamos um incremento da vida conventual, com o objetivo manifesto de voltar a formas mais puras e rigorosas de monaquismo. Um exemplo clássico da primeira atitude, com as fontes não deixando dúvidas em relação à conexão do movimento com a epidemia, reside no estranho périplo dos “Flagelantes” (51), semeando à sua passagem sentimentos hostis aos quadros eclesiásticos e a manifestação de verdadeiros acessos de histeria coletiva, que frequentemente encontrava uma válvula de escape na ação contra os judeus, redundando por vezes em violentos *pogrons*. Como não podia deixar de acontecer, tal movimento provocou uma reação enérgica das autoridades eclesiásticas, acabando por ser condenado por Clemente VI. Em contraste com essas manifestações desordenadas, ásperas e até histéricas de religiosidade, verifica-se uma certa renovação dos ideias monásticos, seja pela renovação das regras de mosteiros que tiveram o seu corpo monacal devastado, com os substitutos se mostrando incapazes de assimila-las improvisadamente (52), seja pela constituição de confrarias surgidas à margem das grandes ordens religiosas — mas supervisionadas por estas — e cujo objetivo era o de fornecer um refúgio contra as vicissitudes da época (53).

Todavia, é sempre necessário evitar de atribuir fenômenos relevando da esfera religiosa exclusivamente à epidemia, pois a situação da Igreja era suficientemente anômala — com a estadia do Papado em Avinhão alcunhada como “cativoiro na Babilônia” — para expli-

---

(51). — KOWALEWSKY, pp. 259 sqq. [147]; THOMPSON, *op. cit.*, p. 385 [159]; CARPENTIER, art. cit., pp. 1065 sqq. [67].

(52). — Este seria, por exemplo, o caso da Colegiada de São Pedro de Almedina, em Coimbra, pois à morte do prior e de todos os monges beneficiários, o novo prior fez redigir novas regras. Vide V. RAU, Un document portugais... *AM*, p. 334 [132].

(53). — El. CARPENTIER, art. cit., p. 1067 [67].



ca-los, agindo a Peste Negra, como ocorria frequentemente, como agente precipitador. O aspecto de revolta contra a hierarquia eclesiástica implícito no movimento dos “Flagelantes”, por exemplo, tinha conexão com tais dificuldades, como ocorria com o movimento *Lollard* na Inglaterra, também, por sua vez, influenciado pela moléstia. Estudos feitos na Inglaterra (54) sobre o comportamento dos clérigos por ocasião da epidemia indicam que ele deixou muito a desejar, sobretudo em relação ao episcopado, sendo frequente a recusa em dar a devida assistência espiritual aos atingidos pela moléstia, bem como a exigência de elevada remuneração por tais serviços, o que comprometeu a reputação do clero secular, ainda que abundassem igualmente os exemplos de coragem e dedicação. Os bispos, por sua vez, em muitos casos evitaram sistemática e ostensivamente as visitas às zonas onde grassava o mal, ignorando as queixas relativas à conduta de seus subordinados. Como na Inglaterra o Papado tendia, com fundamento ou não, a ser visto como inimigo dos interesses ingleses e um suporte das posições francesas, verificou-se um sensível fortalecimento dos sentimentos anti-clericais. Todavia, parece-nos útil insistir em que a praga apenas acentuou tendências já existentes, não podendo ser propriamente responsabilizada por elas, constituindo uma prova de tal assertiva o fato de que tal situação — não obstante o caráter generalizado da Peste Negra — somente se verificou na Inglaterra.

Um acontecimento como a Peste Negra não poderia deixar de influenciar a arte de seu tempo — expressão, como toda a arte, da sensibilidade do período — ainda que, mais uma vez, a influência não se tenha feito sentir com a mesma nitidez em todos os setores e nem sempre possa ser detectada com a mesma facilidade. No nível da temática há pelo menos uma manifestação que, se não pode ser inteiramente atribuída à epidemia, ao menos se acentuou com esta: “a dança macabra” (55), que se tornou extremamente popular em todas as formas de arte figurada na segunda metade do século XIV e durante todo o século XV (pinturas, miniaturas, esculturas e, a partir do século XV, gravuras em madeira difundidas por todas as camadas da população) e também na literatura, representando esse tema a expressão por excelência de uma visão extremamente pessimista do mundo e nele a morte aparece como o destino de todos os homens, independentemente de sua posição social ou econômica. Em outros

---

(54). — F. A. GASQUET, pp. XXII sqq. (Prefácio) e 236 sqq. [122] chama a atenção para o fato de que panfletos classificados como *Wycliffites* na verdade datavam dos anos imediatamente posteriores à Peste Negra, enquanto COULTON, *Medieval Panorama*, pp. 495 sqq. [118] trata longamente do comportamento dos eclesiásticos por ocasião da epidemia.

(55). — J. HUIZINGA, *Le déclin du Moyen Âge*, pp. 171 sqq. [85].

planos da arte o influxo da praga já é de avaliação mais difícil, sobretudo considerando-se que trata de uma fase de crise no estilo arquitetônico predominante, na qual se assiste à ruptura do equilíbrio no gótico clássico com a generalização das extravagâncias do *flamboyant*, ao passo que em outras regiões — como por exemplo na Itália — nas quais o gótico nunca teve muita aceitação, o abandono do narrativo por uma arte simultaneamente mais realista e mais ritual constitui uma mudança que obedece a uma evolução interna própria, para a qual, porém, a Peste Negra pode ter contribuído (56), sendo, todavia, problemático que ela tenha sido o seu principal agente. Portanto, o influxo da moléstia sobre os setores relevando da sensibilidade e mentalidade da época é indiscutível, embora não seja fácil medir-lhe a extensão e a profundidade.

Numa zona limítrofe entre o mental e o social, essa influência é mais claramente perceptível, sobretudo no que diz respeito às explosões de ódio contra certos setores minoritários da população, os judeus no conjunto da Europa Ocidental e também os muçulmanos na Península Ibérica (57), acusados — sobretudo os judeus — do envenenamento de poços e fontes. Com base em tal motivo — o termo pretexto não seria o mais adequado no caso? — verificaram-se massacres de grandes proporções, de nada valendo os argumentos dos reis, governantes em geral e do próprio Papa, de que a mortalidade entre os pretensos envenenadores era tão violenta quanto a que incidia sobre o restante da população. Que a epidemia representava primordialmente uma oportunidade para a manifestação de sentimentos coletivos recalçados em tempo normal — o que, no caso dos judeus, se explica pelo fato de que muitos membros desse setor da população se dedicavam à agiotagem — é um fato que pode ser comprovado pela circunstância de que, em Estrasburgo, antes mesmo que a epidemia eclodisse na cidade — sendo suficiente a chegada de notícias relativas à sua aproximação da região — já se efetuou violento *pogrom*.

Tais iniciativas partiram dos setores inferiores da população e poder-se-ia levantar a questão de se saber até que ponto a ira popular possa ter se dirigido a outras camadas da sociedade, além das citadas minorias. Já vimos que a epidemia contribuiu para a formação de sentimentos de hostilidade para com o clero, os quais, porém, somente tiveram consequências duradouras na Inglaterra, sendo que, na me-

---

(56). — EL. CARPENTIER, p. 1069 [67] que se apoia num livro que não pudemos consultar: M. MEISS, *Painting in Florence and Siena after the Black Death*, Princeton Univ. Press, 1951.

(57). — CARPENTIER, art. cit., pp. 1067 sqq. [67]; GLÉNISSON *et al.*, pp. 75 sqq. [74]; KOWALEWSKY, pp. 266 sqq. [147]; ZIEGLER, pp. 96 sqq. [143].

dida em que se dirigiam contra os altos dignitários eclesiásticos atingiam um setor da classe senhorial. Todavia, reconhecemos que seria imprudente confundir, por pouco que fosse, na hostilidade de que os bispos pudessem ter sido objeto na qualidade de autoridades eclesiásticas, qualquer restrição à sua condição de membros da classe senhorial. Mas, seria absurdo interrogar-se sobre o fato de a Peste Negra ter podido influir no ânimo popular em relação aos senhores? Por mais especulativa que tal questão possa parecer, parece-nos que ela merece ser feita, sobretudo se considerarmos que — embora tenha havido alguns precedentes anteriores à epidemia (58), mas de reduzida envergadura — os grandes movimentos populares de revolta popular são posteriores à epidemia, sendo digno frisar, como o faz Hilton (59), que não se trata apenas e tão somente de uma rebelião contra abusos locais mas contra a própria organização da sociedade, o que indica uma crise de prestígio das classes senhoriais.

Em que medida a Peste Negra pode ter contribuído para tal crise? Parece-nos fora de questão coloca-la como fator exclusivo ou mesmo preponderante, mas a sua influência pode ter sido maior do que o que poderia parecer à primeira vista dado que um dos fundamentos essenciais dos laços de dependência era a noção de que, compensando os serviços prestados e as contribuições *in natura* ou em dinheiro pagas pelos dependentes deviam os senhores assegurar àqueles a devida proteção. O fato de que a conjuração de uma ameaça como a Peste Negra estava além da capacidade humana naquele momento e a circunstância de que a incidência da mortalidade devido à moléstia ter sido talvez tão grande na camada senhorial quanto entre os dependentes não impediu que a aura de protetores por excelência que, em que pesem todos os seus abusos, cercava os senhores, se ofuscasse sensivelmente. Em que medida a animosidade crescente entre os senhores e dependentes possa ter sido influenciada por sentimentos dessa ordem é algo difícil de estabelecer e — embora não tenhamos feito qualquer investigação sistemática nesse sentido — tememos que uma prospeção nas fontes apresente um saldo decepcionante.

De qualquer forma, independentemente do incremento de tal mudança de mentalidade, a Peste Negra contribuiu muito concretamente para a deterioração das relações não somente de senhores e dependentes, mas também de empregadores e assalariados, ao provocar, por intermédio da intensa mortalidade, uma valorização da mão-de-obra em geral. Uma queda no consumo — com a liquidação de consumidores em

---

(58). — Para a Inglaterra, v. HILTON, *Peasant Movements...* *passim* [82] e [82a].

(59). — R. H. HILTON, *Y eût-il une crise...*, pp. 24-25 [83].

larga escala — combinada com a tendência à alta nos salários são ingredientes altamente indicados para provocar grandes embaraços àquelles que, na falta de termo melhor, poderíamos genericamente classificar como empresários.

Com isso tocamos naquilo que nos parece constituir o âmago mesmo dos problemas sociais e econômicos provocados pela Peste Negra e que também representam temas centrais de nosso trabalho. Assim, no momento, dispensamo-nos de maiores desenvolvimentos — o que será reservado para os capítulos restantes — procurando apenas situar melhor as grandes linhas da conjuntura (60).

Frizemos, inicialmente, que, por maior que tenha sido o impacto da epidemia, ela não eliminou os outros elementos de crise já em desenvolvimento, antes somando-se a eles e agravando ainda mais a situação. Por conseguinte, a Guerra dos Cem Anos continuou o seu curso e, no que diz respeito à França, se encaminhou para o grande desastre de Poitiers (1356), prosseguindo a sua contribuição para as dificuldades financeiras das monarquias envolvidas e provocando o agravamento das anomalias monetárias e da pressão fiscal. Desta forma, a “economia de guerra”, na expressão do Prof. Perroy, continuava em vigor e constitui um pano de fundo que não devemos esquecer no exame das consequências da grande pandemia.

A valorização da mão-de-obra estimulou o espírito de iniciativa das populações campestres, levando-as a emigrar sempre que os seus componentes sentiam que alhures podiam obter melhores condições de remuneração. A redução do mercado consumidor também teve um papel no abandono dos campos, visto que o mesmo era representado sobretudo pelas cidades, o que fez com que muitos pequenos proprietários, incapazes de obter uma remuneração adequada pelos seus produtos, emigrassem, sobretudo considerando-se que as perspectivas de obtenção de uma boa situação na cidade eram consideráveis, dado que a epidemia abriu grandes claros nas fileiras do artesanato e do comércio. A obtenção de heranças inesperadas também se constituiu num fator de mobilidade da população, pois nem sempre o herdeiro habitava na mesma localidade que o morto. Dessa dinamização nas migrações resultaram consequências importantes: nem todos os que abandonaram suas terras tiveram sucesso em seus intentos, do que resultou um incremento da marginalidade (tanto na forma de mendi-

---

(60). — Também nos pareceu preferível, já que se trata de aspectos a serem desenvolvidos com mais vagar ulteriormente, omitir referências bibliográficas. Para uma visão de conjunto das consequências da Peste Negra v. GLÉNISSON *et alii*, pp. 84 sqq. [74]; THOMPSON, pp. 378-395 (cap. XVI [159]); RENOARD, Conséquences... *passim* [136] e [136a].

cância quanto na de criminalidade pura e simples) e o índice de abandono das culturas acabou por ultrapassar largamente a proporção da redução do consumo de produtos agrícolas.

Êxodo rural e declínio súbito da produção agrícola, migração intensa — sobretudo para as cidades — e engrossamento das categorias não-produtivas da população, aumento dos salários urbanos e rurais, alta nos preços e nos serviços, tudo isso tendo por pano de fundo uma contração decorrente da economia de guerra predominante em áreas extensas da Europa Ocidental: eis em rápidas pinceladas as principais sequelas da Peste Negra no plano econômico e social, sendo que o quadro comporta muitas nuances regionais além de outras perturbações de menor alcance, que salientaremos quando examinarmos as legislações que tais dificuldades suscitaram. Em face de tantas dificuldades, com efeito, a intervenção das autoridades acabou por se tornar inevitável — embora variando de intensidade e envergadura conforme o Estado considerado — sendo, porém, a atuação das ainda incipientes monarquias nacionais particularmente acentuada.

### CAPÍTULO 3.

#### A LEGISLAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL CONSECUTIVA À PESTE NEGRA DE 1348: GENERALIDADES E CRONOLOGIA DAS GRANDES ORDENAÇÕES REAIS.

Uma primeira questão fundamental que poderíamos aventar em relação às providências legais das autoridades em relação à Peste Negra e seus efeitos, diz respeito à sua extensão, intensidade e natureza nos vários Estados que constituíam a Europa Ocidental. Aqui, como em qualquer setor da história dessa região, qualquer generalização seria arriscada, visto apresentarem os vários Estados estruturas institucionais diferentes, encontrarem-se em estágios diversos de evolução histórica e demonstrarem graus variáveis de coesão interna no momento da eclosão da epidemia. Assim, explica-se que as reações tenham se diferenciado consideravelmente, apesar de o problema ter sido basicamente o mesmo em toda parte, não obstante o grau variável de gravidade na sua manifestação. A tal diversidade de situações soma-se a facilidade maior ou menor na localização dos respectivos documentos, ligada não apenas ao grau menor ou maior de organização dos arquivos mas também aos índices de sobrevivência e conservação dos diplomas legais do período que nos ocupa. Deve-se, em suma, levar em conta tanto as peculiaridades históricas quanto as disponibilidades de documentação e o grau de desenvolvimento das pesquisas concernentes ao aspecto que nos ocupa, nas várias regiões da Europa Ocidental.

Relativamente às questões concernentes ao estudo da Peste Negra em seus antecedentes, manifestações e repercussões — tanto quanto seja do nosso conhecimento — o trabalho recente que melhor levanta problemas e mais agudas considerações tece é um artigo publicado pela Professora Elisabeth Carpentier em 1962 (1). Ao tratar do problema da utilização da documentação oficial relativa à epidemia — aliás, com a acuidade característica de todo o trabalho — ela nos parece, numa certa medida, dar a entender que não se deve esperar muito dos documentos oficiais. Parece-nos ser essa tendência plenamente compreensível em função do fato de a autora se encontrar so-

---

(1). — CARPENTIER, *Autour de la Peste Noire...* AESC, pp. 1063 sqq. [67].

bretudo familiarizada com os problemas da peste na Itália, onde os documentos oficiais são, via de regra, de uma grande discreção, sendo, porém, um tanto imprudente estender tal tendência a toda a Europa Ocidental.

Pelo contrário, o que ressalta é a extrema desigualdade na frequência e intensidade das manifestações oficiais, conforme a região considerada, merecendo destaque a variedade dos aspectos dos problemas trazidos pela epidemia a que se referem os atos públicos. As medidas higiênicas oficiais são raras, conhecendo-se algumas em relação a Piacenza (2) e Florença (3) que podem ser consideradas inequívocas, embora sendo verossímil atribuir à moléstia, pelo menos parcialmente, certas providências adotadas nesse sentido pela ordenação francesa, não obstante a ausência de referências nesse sentido. Outras providências tais como a contratação de médicos (4) e de cozeiros (5) parecem ter sido menos raras. Este, portanto, é o fraco balanço das iniciativas oficiais destinadas a combater e limitar os efeitos da moléstia e — embora a desorientação das autoridades não nos pareça dever ser colocada em causa — se vê mal o que mais poderia ser feito, dada a mediocridade dos recursos da época em medicina preventiva e saúde pública.

A situação, porém, se altera substancialmente ao examinarmos as providências destinadas a fazer face aos efeitos demográficos, econômicos e sociais resultantes da pandemia, de que subsistem legislações bastante sistemáticas, ainda que não se possa generalizar quanto à sua disseminação. Já que evocamos as considerações da Professora Elisabeth Carpentier sobre a questão, digamos que na Itália esse tipo de legislação praticamente inexistente. Na sua monografia sobre Orvieto, menciona ela deliberações do Conselho da cidade autorizando aumento nos preços e salários, inicialmente de 25% em relação aos correntes antes da epidemia (6) e, posteriormente, variáveis conforme o setor (7). Para as demais cidades italianas não há indícios de providências mais profundas (ainda que inexistam monografias relativas à Peste Negra e seus efeitos para a maioria delas) e Kowalewsky é categórico ao negar sua existência no caso das grandes repúblicas comer-

---

(2). — KOWALEWSKY, *Die ökonomische Entwicklung Europas...*, T. 5, p. 247 [147]; CARPENTIER, *Une ville devant la peste...*, pp. 131-132 [117].

(3). — CARPENTIER, *op. cit.*, p. 100 [117].

(4). — KOWALEWSKY, *op. cit.*, T. 5, pp. 283 sqq. [147]; CARPENTIER, *op. cit.*, pp. 71-72, 146-147, 203-204 e 224 [117].

(5). — KOWALEWSKY, pp. 283-284 [147].

(6). — CARPENTIER, *op. cit.*, pp. 150-151 [117].

(7). — *Idem, ibidem*, p. 223 [117].

cientes, em particular Gênova e Veneza (8). Em compensação, a preocupação com o repovoamento parece ter sido generalizada, pelo menos na parte setentrional, a mais evoluída — do ponto de vista econômico — da península, conhecendo-se numerosas medidas de isenção fiscal e outras facilidades para os forasteiros interessados em se estabelecer em várias das repúblicas da região (9).

Delineada a tendência, cumpre explicá-la, sendo útil iniciar com um resumo da teoria de Kowalewsky (10), o único que utilizou sistematicamente o conjunto dessa modalidade de documentação. Para ele, na Itália setentrional a economia monetária já teria sido inteiramente adotada e a adesão semi-consciente ou intuitiva (as expressões são nossas, no afã de resumir uma passagem excessivamente longa para poder ser reproduzida) ao livre jogo da lei da oferta e da procura representava um elemento inibidor da eventual adoção de medidas coercitivas no setor dos salários e dos preços, sendo suficiente para a sua estabilização o encorajamento da imigração. Além do mais, acentua ele, o problema se apresentava até certo ponto simplificado nas repúblicas italianas, onde a convergência dos interesses para a atividade mercantil contrastava com as demais regiões da Europa Ocidental, onde se verificava a coexistência de setores econômicos apresentando estágios variáveis de produção e uma maior diversificação das atividades mercantis. Assim, nestas últimas áreas, a situação se complicava consideravelmente com a multiplicação dos tipos de interesse em conflito, tornando mais necessárias as providências de regulamentação.

À exceção da tendência a ver nas repúblicas mercantis italianas um modelo de liberalismo *avant la lettre* — que nos parece um tanto anacrônica e exagerada (11), já que os mecanismos de controle das atividades econômicas característicos do período (corporações, associações mercantis, tipos de taxação, etc.) não eram tão diferentes dos do resto da Europa quanto uma tal interpretação permite supor — tais considerações nos parecem pertinentes. Todavia, há um elemento que nos parece essencial e que Kowalewsky não menciona: a inexistência na Itália de governos fortes como as monarquias da França, Inglaterra e Península Ibérica, verificando-se, portanto, a influência de um importante fator político em jogo. Assim, parece-nos que embora a le-

---

(8). — KOWALEWSKY, pp. 274 sqq. [147].

(9). — KOWALEWSKY, pp. 300 sqq. [147]; BOWSKY, *The Impact of Black Death Upon Siense*. . . *Sp*, pp. 2 e 30 sqq. [116]; CARPENTIER, *op. cit.*, pp. 148-149, 191 e 207-208 [117].

(10). — KOWALEWSKY, pp. 274 sqq. [147].

(11). — Em relação a Siena, essa tendência interpretativa mereceu crítica formal de BOWSKY, *art. cit.*, pp. 2 e 31 sqq. [116].



gislação em causa seja essencialmente econômica e social, representa ela em grande parte um sintoma do grau de desenvolvimento do poder político das grandes monarquias nacionais.

Sempre se pode alegar que o grau de desenvolvimento da pesquisa histórica não é idêntico em todas as regiões da Europa Ocidental ou, como o faz Kowalewsky em relação à Alemanha (12), onde a dispersão dos arquivos — aliás, em si mesma um sintoma da dispersão do poder político até data bem recente — dificulta a pesquisa e torna mais difícil a localização de documentos desse tipo. Contudo, permanece o fato de que as legislações mais sistemáticas e desenvolvidas de que dispomos são as promulgadas pelos soberanos dos países em que era mais avançado o processo de centralização do poder político, enquanto as regiões em que este estava diluído nas mãos de nobrezas principescas como na Alemanha, ou divididas em pequenas unidades como no caso das repúblicas italianas, não as conheceram, a não ser num grau extremamente incipiente. É possível que pesquisas posteriores venham a alterar o quadro atual de nossos conhecimentos a respeito, mas no momento ele valida integralmente tal colocação.

Resta, porém, o problema da Escandinávia, região que já contava no século XIII com monarquias governando nações bastante extensas e já num grau de coesão política considerável e que, contudo, não conheceu o tipo de legislação que nos interessa no momento. Inicialmente, desejamos destacar o fato de que, embora sem contestar de qualquer forma a inserção da região na área cultural da Europa Ocidental, o mundo nórdico representa um setor à parte, com peculiaridades na sua evolução histórica bem acentuadas. Assim, ainda que não pretendamos estabelecer modelos universais para a reação monárquica diante da pandemia de 1348-1349, parece-nos justo acentuar que o culto do individualismo que tem caracterizado — por maiores que possam ser as alterações que ele tenha sofrido — a evolução histórica da região, desde a época *viking*, pode ter tido uma influência inibidora no comportamento dos monarcas diante da crise, desencorajando-os de qualquer iniciativa de regulamentação estrita da vida econômica e social, por maiores que possam ter sido as dificuldades. Se tal suposição apresentar, aos olhos de alguns, um caráter especulativo que dificulte sua aceitação, podemos acrescentar um dado mais concreto e que apenas virá em abono da tese que vimos defendendo, a saber que as monarquias escandinavas se encontravam enfraquecidas por

---

(12). — KOWALEWSKY, pp. 428 sqq. [147].

ocasião da epidemia (13) e, portanto, pouco habilitadas para medidas desse gênero.

Assim, a área dos nossos estudos se encontra claramente delimitada, coincidindo com as regiões governadas pelas grandes monarquias nacionais do período. Impõem-se, porém, algumas considerações relativamente à natureza mesma da legislação em exame, visto que ela se compõe de documentos de caráter bastante diverso, podendo-se, em linhas gerais, dividi-la em 2 tipos de diplomas legais: as grandes ordenações, geralmente elaboradas depois de uma consulta aos parlamentos e “cortes” e os atos reais independentes de tal consulta. No caso das grandes ordenações percebe-se um esforço de sistematização e o desejo de previsão do maior número possível de casos, em contraste com os atos isolados que geralmente se referem a um único problema e, não raro, representam decisões relativas a situações bastante especiais.

A nossa atenção será dirigida sobretudo às grandes ordenações, mas sem menosprezar os atos isolados, cabendo, porém, uma ressalva: se podemos estar razoavelmente seguros de conhecer a totalidade das grandes ordenações, isso já não ocorre na mesma medida em relação aos atos isolados, a não ser em alguns casos, como por exemplo relativamente ao reino do Aragão, onde as pesquisas sistemáticas da Professora Amada Lopez de Menezes nos permite supor que praticamente todos os documentos relativos à Peste Negra incorporados aos arquivos aragoneses foram detectados e devidamente editados por ela (14). Pesquisas mais acuradas — que estamos impossibilitados de levar a cabo no momento e que não são essenciais para os nossos objetivos — poderão reservar descobertas significativas nesse domínio, por exemplo na esfera local francesa, mas com todas as probabilidades de se constituírem em posturas municipais, sem qualquer interferência real (15). Aliás, mesmo na Itália e Alemanha — portanto fora da esfera

---

(13). — “The 14th and 15th centuries are above all the period of feudalism in the Scandinavian countries”. THE CAMBRIDGE MEDIEVAL HISTORY (Halvdan KOHT: The Scandinavian kingdoms during the 14th and 15th centuries). T. 8, pp. 533-555.

(14). — Documentos acerca de la peste negra... [4].

(15). — Augustin THIERRY: *Recueil des monuments inédits de l'Histoire du Tiers État*, 1re. série, T. 1, Paris, 1850 pp. 546-547, registra ordenação de 21 de setembro de 1349 do *Conseil Souverain de la ville d'Amiens* que representa a primeira providência adotada na França para obviar as dificuldades decorrentes da Peste Negra, ainda que esta, como ocorre com uma certa frequência, não seja mencionada. Por ela a diária dos curtidores de pele é estipulada em 3 *sous parisi*, tendo a Comuna tomado essa medida em virtude de os referidos trabalhadores “s’efforcent de vouloir avoir et prendre très-excessives et outrageuses journées, dont grand esclandre estoit en la ville d’Amiens et ou grant dommage du commun peuple...”. Vide também os comentários de M. KOWALEWSKY, p. 390 [147].

das grandes monarquias — alguns documentos desse tipo talvez possam ser localizados, sendo, porém, o seu interesse muito limitado para nossos objetivos.

Parece-nos útil, antes de examinar individualmente cada legislação quanto ao seu conteúdo — quando então daremos inclusive a devida atenção aos atos isolados — estabelecer preliminarmente uma cronologia das grandes ordenações e examinar alguns problemas correlatos. Em relação ao problema da prioridade, é possível estabelecer com segurança que esta coube à Inglaterra, com a promulgação da *Ordinance of Labourers* em 18 de junho de 1349, seguida, 15 dias depois, pela ordenação portuguesa de 3 de julho e pela aragonesa destinada ao principado da Catalunha precisamente um mês depois, ou seja 18 de julho, sendo as disposições contidas nesta última, com algumas alterações, aplicadas ao principado de Valência por ordenação de 25 de janeiro de 1350. Com este documento encerra-se o que poderíamos classificar como o primeiro ciclo de ordenações, caracterizado por documentos sistemáticos, mas um tanto genéricos em suas disposições, redigidos — com exceção do diploma legal luso — em latim e demonstrando uma inequívoca conexão com a epidemia.

O grupo de documentos que constituem o segundo ciclo iniciou-se com a ordenação destinada ao principado do Aragão, promulgada durante reunião das Cortes em maio de 1350. Quase contemporâneos, seguem-se a grande ordenação francesa de 30 de janeiro de 1351 e o *Statute of Labourers*, cujo dia exato de promulgação não pode ser determinado, situando-se porém na semana que sucedeu à Festa de Purificação de Maria (2 de fevereiro), podendo, porém, o dia 9 de fevereiro ser dado como altamente provável, já que o próprio texto alude à presença do Parlamento, sendo que a reunião deste começou nesta última data (16). Encerrando este grupo encontram-se as quatro ordenações relativas às várias regiões do reino de Castela, respectivamente datadas de 28 de setembro (regiões do Arcebispado de Toledo e Episcopado de Cuenca), 12 de outubro (cidades, aldeias e lugares do Arcebispado de Sevilha e dos Episcopados de Córdoba e Cadiz), 20 de outubro (Episcopados de Leão, Oviedo e Astorga, bem como o reino da Galícia) e, finalmente, 2 de novembro de 1351 (cidades, aldeias, lugares e territórios de Burgos, Castrojeriz, Palência, Villadiego, Cerrato, Valle Esgueva, Santo Domingo de Silos, Valhadolí e Todesilhas, Carrion e Sahagun). Os diplomas legais que constituem

---

(16). — PUTNAM, *The Enforcement of the Statute of Labourers...*, p. 8 do apêndice [152], fornece lista — incluindo as datas de início e fim — dos Paramentos realizados entre 1349 e 1359. O Parlamento do 25º ano realizou-se entre os dias 9 de fevereiro e 1 de março.

o que chamaríamos de segundo ciclo de ordenações diferenciam-se do grupo anterior pelo seu caráter exaustivamente descritivo, pela utilização unânime das línguas vernáculas em sua redação e pelo fato de as menções à epidemia serem esporádicas, sendo que os atos públicos castelhanos são, inclusive, completamente omissos a esse respeito.

Deve-se ainda acrescentar a esses documentos básicos um certo número de atos de reforço ou alteração de dispositivos neles contidos. Entre eles destaca-se — pela sua envergadura — uma ordenação francesa de novembro de 1354, mas o reino que apresenta um acervo mais numeroso de tais diplomas legais é o inglês. De fato, a sua abundância é tal que nos obrigou a estabelecer um limite cronológico no seu exame, sobretudo considerando-se que o conjunto legislativo inglês somente foi formalmente revogado em 1563, por Isabel I (17). Levando em consideração que o nosso estudo se refere especificamente à legislação resultante da epidemia de 1348-1349, à qual se seguiram várias outras, estipulamos como limite a segunda recaída geral, verificada em 1361.

Por fim, desejaríamos tratar de certas variantes errôneas da cronologia acima apresentada e problemas correlatos, incluindo a questão da eventual influência de uns documentos sobre outros. O erro mais frequente diz respeito à *Ordinance of Labourers*, visto que o seu primeiro editor, Thomas Rymer atribuiu-a ao 24º ano do reinado de Eduardo III, ou seja, 1350 (18). Todavia, não há margem para dúvidas quanto ao ano exato de sua promulgação, pois se a ordenação propriamente dita apenas indica o dia e o mês (18 de junho), uma ata da reunião do Conselho Real em que a ela se faz alusão está claramente datada do 23º ano do reinado de Eduardo III (19). Se, na maioria dos casos, o resultado de tal erro não apresenta maiores consequências além de uma citação equivocada (20), em outros ele assume proporções mais graves, inclusive com a transformação desse documento em dois, um datado de 1349 e outro de 1350 (21).

---

(17). — THOROLD ROGERS, *The Economic Interpretation of History*, p. 38 [156].

(18). — RYMER, *Foedera, conventiones...*, T. 1, p. 198 [5].

(19). — THE STATUTES OF THE REALM, T. 1, p. 309 [6]. PUTNAM, *op. cit.*, p. 8 do apêndice [152], alude ao erro de RYMER.

(20). — Entre outros, podemos citar VIVIER, *La Grande Ordonnance de 1351...* *RH*, p. 213 [161] e NABHOLZ, *Medieval agrarian society...* *Cambr. Econ. Hist.*, T. 1, p. 515 [15a].

(21). — M. KOWALEWSKY [147], numa confusão que somos tentados a classificar de imperdoável às pp. 415 sqq. faz um resumo da ordenação de 18 de junho de 1350 (*sic*) e à p. 425 resume debates parlamentares em que há queixas contra a violação de dispositivo da ordenação do 23º ano do reinado de Eduardo III que dizia: “Wer nicht vom Handel oder Handwerk lebt und

A grande ordenação francesa foi datada pelos responsáveis pela edição por nós utilizada de 30 de janeiro de 1350 (22), no que se limitaram a seguir o texto, esquecendo-se de que na época o ano se iniciava no dia 1º de março, o que faz com que, pelo nosso calendário, tal data correspondesse a 1351. Como, porém, a data da ascensão ao trono de João-o-Bom foi 22 de agosto de 1350 — o que faz com que ele não pudesse ter promulgado uma ordenação anterior a essa data — os editores em questão não foram seguidos em seu equívoco, tanto quanto tenhamos observado.

Em relação às ordenações aragonesas — a par da imprecisão quanto ao dia da promulgação do ato destinado ao principado do Aragão, sendo apenas indicados mês e ano (maio de 1350) — há a registrar o fato de que o diploma legal destinado à Catalunha também foi objeto de equívoco quanto à datação por parte de Kowalewsky, neste caso seguido por Verlinden (23), que a faz remontar a 15 de agosto, quando o documento diz *Dat. Valencie, XV Kalendas augusti anno domini millesimo CCºXºL nono* (24), ou seja 15 das calendas de agosto, portanto 18 de julho e não 15 de agosto.

Passando às ordenações castelhanas, por outro lado, Kowalewsky faz com que nos defrontemos com um pequeno problema. Ele não utilizou, apesar de já ter sido publicada há tempos a edição da Real Academia de España (25), por nós adotada, mas sim uma cópia manuscrita existente no *British Museum*, que aparece corretamente datada ao ser arrolada (26), juntamente com as demais ordenações. Todavia, ao analisá-la mais adiante, aparece então a data de 1349 (27). Sendo de se supor que — como Castela seguia, assim como Portugal, a chamada era de Espanha, que remontava a um ciclo pascal que se

---

kein Land im Besitz hat, der soll in Lohnarbeit gehen” e que ele resumira na passagem anterior. MARCELO CAETANO, A administração municipal de Lisboa... *RFDUL*, p. 83 [150] incorre no mesmo equívoco, mas com a importante atenuante de fazê-lo num trabalho basicamente sobre Portugal, tendo a legislação inglesa sido evocada a título exclusivamente comparativo.

(22). — JOURDAN *et alii*, *Recueil général des anciennes lois françaises...* T. IV, p. 574 [3].

(23). — KOWALEWSKY, p. 326 [147]; VERLINDEN, *La grande peste de 1348 en Espagne...* *RBPH*, p. 118 [160].

(24). — LOPEZ DE MENESES, *Documentos acerca de la peste negra...*, p. 360 [4].

(25). — COLLECCIÓN DE CORTES DE LOS REYNOS DE LEÓN Y DE CASTILLA... [2].

(26). — KOWALEWSKY, p. 274 [147]. Reproduzimos fielmente a sua referência no rodapé: “Ordenamiento de menestrales hecho en las cortes de Valladolid de 1351. (British Museum. Additional MS. 9920)”.

(27). — *Idem*, p. 357 [147]. V. tb. crítica de VERLINDEN, art. cit., p. 117 [147].

iniciara em 38 a.C. — ele cometeu um equívoco de leitura (lendo 1387 em lugar de 1389), ou então, em algum ponto do manuscrito, um erro desse tipo foi cometido pelo copista, sendo difícil de se acreditar num simples erro de cálculo.

A cópia do documento português, por seu turno, atribui-lhe a data de 3 de julho de 1387, mas como é sensivelmente posterior à sua promulgação isso levou o Prof. Marcelo Caetano a levantar dúvidas relativamente à procedência de tal datação (28), aventando a hipótese de ter havido um erro do copista, que poderia ter confundido os algarismos 7 e 9 do final. Neste caso estaríamos diante de um problema que apresenta afinidades com o equívoco de Kowalewsky em relação aos diplomas legais castelhanos.

Contudo, o Professor Marcelo Caetano evoca um outro argumento importante em abono de sua hipótese, no caso o de que seria muito exíguo o prazo entre os desgastes da peste e a promulgação da ordenação, quando todos os seus efeitos já se teriam feito sentir, o que emprestaria uma posição de singularidade ao documento português, tornando-o o paradigma dos congêneres do resto da Europa, visto que a *Ordinance of Labourers* seria de 1350 e as ordenações das demais nações datariam de 1351. A isto temos a obtemperar, antes de mais nada, que a *Ordinance of Labourers* pode ser atribuída com segurança ao ano de 1349, visto não se justificar a datação de Rymer, sendo anterior ao diploma legal português e que, além disso, também a esse mesmo período remonta a ordenação de Pedro-o-Cerimonioso referente à Catalunha, de apenas 15 dias ulterior à portuguesa, o que enfraquece a observação referente a uma eventual anormalidade na precocidade desta última. Um outro ponto a ser lembrado é o de que os 3 documentos apresentam em comum um pronunciado caráter genérico, apenas estabelecendo normas gerais, em contraste com a extrema minúcia das ordenações mais tardias, sintoma significativo do caráter de urgência dos primeiros, por oposição à impressão de maior amadurecimento das providências das últimas. Finalmente, relativamente à exiguidade de tempo para que se constatassem todas as anomalias que justificassem o diploma legal luso, convém acentuar, de um lado, que a epidemia, ao se manifestar — como veremos mais tarde — por ocasião da festa de São Miguel (29 de setembro), se desencadeou num momento crítico — qual seja, o do início das sementeiras de fim de ano — tendo com isso prejudicado bastante o desenrolar dos trabalhos agrícolas até a época das colheitas — cujo início coincide com a promulgação da ordenação — e que, por outro lado, o fato de o monarca já ter tomado providências relativas ao problema das

---

(28). — M. CAETANO, art. cit., p. 86 [150].

heranças — assunto que examinaremos com mais detalhe no capítulo dedicado à análise da legislação portuguesa — em março de 1349 indica que o mesmo já estava suficientemente maduro para ser abordado em julho do mesmo ano, no diploma legal que nos ocupa. Assim, concluindo, embora respeitemos as hipóteses do Professor Marcelo Caetano, tendemos a aceitar como mais provável a data mais precoce, de 1349.

Porem, as observações do Professor Marcelo Caetano contem em germe um outro problema fundamental: o da gênese dos documentos. Ao aventar a hipótese de a ordenação portuguesa poder ter se constituído no paradigma de suas congêneres, defende ele implicitamente uma concepção monogenética das legislações em causa. A nós parece que essa é uma questão pouco suscetível de uma solução categórica, antes, pelo contrário, prestando-se a muitas controvérsias, e tendemos, inclusive sem que, com isso, pretendamos adotar uma cômoda posição intermediária — a julgar que não se verificou um processo exclusivo de monogênese ou poligênese, sendo provável que os dois processos tenham coexistido. Explicando, o contraste entre a *Ordinance* inglesa de 1349 e a sua praticamente coeva portuguesa é por demais grande para se aventar uma garantida influência da primeira sobre a outra: a diferença no idioma utilizado na redação (latim no caso inglês e vernáculo no português), a ampla faixa de profissões abrangida pelo documento britânico e a concentração do português nos trabalhadores agrícolas e, sobretudo, o fato de — como veremos mais tarde — praticamente inexistirem atos legislativos similares anteriores no caso inglês, enquanto existiram precedentes em relação ao ato português, são fatos que tornam pouco plausível a hipótese de uma imitação daquele por este.

Em contra-partida, os elementos comuns são bastante acentuados num confronto entre a *Ordinance* e o diploma legal aragonês destinado à Catalunha: emprego do latim e ampla faixa dos salários e preços visados são suficientemente significativos, a despeito de no Aragão ter se verificado também a existência de certos precedentes nesse terreno legislativo. Mas, o que chama a atenção acima de tudo é a similitude dos títulos dados aos documentos: *Statutum de Operariis* (29) no manuscrito britânico (como veremos mais tarde, reservamos a designação de *Statute* para o documento de 1351, por portar este esse título, por ser mais pormenorizado em suas disposições e, também, para distinguir mais facilmente os dois atos legais) e *Statutum civitatis Barcinone taxatione salariorum ministerialiorum sive officium vulgo menestrals*

---

(29). — STATUTES OF THE REALM..., p. 309 (nota introdutória) [6].

no caso aragonês (30). No que concerne às medidas ulteriores o problema perde a razão de ser, visto que os precedentes já eram suficientemente numerosos e a intervenção real na vida econômica já tinha se transformado em fato relativamente banal. Concluindo, a hipótese de uma monogênese exclusiva nos parece pouco provável e tendemos a atribuir ao documento lusitano um lugar à parte no conjunto da legislação em causa, sendo que podemos dizer desde já que esse não é o único elemento que o diferencia dos outros da mesma categoria, fato que demonstraremos mais tarde. Mas, em última instância, recusamo-nos a uma tomada de posição categórica em um problema que nos parece de limitada relevância.

Uma vez comprovada a precedência inglesa, parece-nos lógico iniciar com a Inglaterra nosso exame analítico das várias legislações, sendo que a sua guerra com a França — além da vizinhança geográfica — fez com que a tratássemos em segundo lugar, seguindo-se-lhe os vários reinos ibéricos em ordem de distância decrescente daquelas duas monarquias. Assim, se o critério cronológico nos inspirou quanto ao ponto de partida, não foi seguido nos desenvolvimentos subsequentes.

(*Continua*).

---

(30). — LOPEZ DE MENESES, coletânea cit., p. 357 [4].